

UMA PROSPECTIVA POLÍTICA PARA UM MULTIVERSO DIGIVIRTUAL: DIREITOS HUMANOS ÀS TECNO-LINGUAGENS

Artur Matuck, Montreal 2007

Resumo

As novas linguagens digitais criam potencialidades que permitem aos seres humanos experienciar, comunicar e representar em níveis até agora insuspeitados, ampliando consideravelmente suas capacidades perceptivas, cognitivas, expressivas, e produtivas. Consideradas como linguagens emergentes, tornam-se elementos de um argumento político cultural para se contestar o sistema de propriedade intelectual. Afirma-se que, como formas de linguagem, estas ferramentas e programas deveriam estar em domínio público, como toda forma de linguagem tem historicamente estado.

Summary

The new digital languages create potentialities that allow human beings to experience, communicate and represent in unheard-of levels, considerably extending their perceptive, cognitive, expressive and productive capabilities. Considered as emergent languages, those digital languages become elements of a cultural political argument intended to contest the intellectual property system. One affirms that, as language forms, these tools and programs would have to be in public domain, as all forms of language have historically been.

Palavras-chave: Digivirtualização; espaço híbrido; política na comunicação digital; identidades híbridas; avatares; linguagens digitais; tecno-linguagens; propriedade intelectual; direito na comunicação digital; direito às linguagens; representação no ciberespaço; teoria jurídica alternativa.

Key words: Digivirtualization; cybrid space; politics in digital communications; cybrid identities; avatars; digital languages; techno-languages; intellectual property; human rights in digital communications; the right to languages; representation in cyberspace; alternative legal theory.

Um mediaverso digivirtual

O extraordinário avanço tecnológico das últimas décadas tem produzido um contínuo processo de mudança em todos os setores da sociedade. Estamos sendo especialmente afetados pela crescente digitalização dos discursos e consequente virtualização de nossas entidades, sejam estas indivíduos, sociedades, instituições ou mesmo cidades.

Presenciamos e vivenciamos cotidianamente esta abrangente transformação que altera e atinge nossa concepção de espaços e tempos, nossas identidades individuais e grupais, a produção e o sentido de nossos saberes, a organização e a transmissão da ciência, as possibilidades de criação, expressão, inteligência e produção em vários campos.

Na medida em que a informação se digitaliza, se desmaterializa e se transmobiliza, o espaço expande seus limites, as instituições, as sociedades e os indivíduos se virtualizam, os discursos e saberes transmigram por redes e se interpotencializam, os direitos autorais se relativizam, a propriedade distancia-se de objetos corpóreos e perde consistência conceitual.

A digivirtualização incide inclusive sobre nossa própria linguagem e percepção. Deste modo, nossa propensão a intelegir este complexo fenômeno é dificultada pela instabilidade e mutabilidade de nossos instrumentos de conhecimento.

Além disso, praticamente todos os processos criativos tendem a se hibridizar no encontro com o digivirtual. Não somos mais apenas autores individuais confrontando um instrumento. Atuamos agora integrados a complexos processos humano-maquinicos de instauração de processos, relações, objetos e signos.

Adentramos deste modo num multiverso a conhecer no qual as materialidades das linguagens, as coordenadas espaço-temporais, as concepções de indivíduo, de autoria, de representação e conhecimento encontram-se todas instabilizadas e em constante re-formatação.

Esse novo contexto digivirtual requer estratégias inéditas de apreensão, significação e teorização. Exige a elaboração de novas metáforas que esclareçam e desvendem fenômenos em constante transformação.

Prospectiva política no futuro imediato

É possível ainda, inseridos que estamos neste multiverso, investigar nossa identidade, nosso lugar, nossa presença e prospectar uma atividade política? Podemos ainda nos colocar como sujeitos ativos na construção de uma história, de uma comunidade, de um projeto de futuro? Como compreender, visualizar, presenciar este multiverso? De que forma podemos pensar, representar, atuar e intervir nesta emergente realidade?

Mesmo para começarmos a pensar a respeito destas questões temos que vivenciar e nos integrar à contemporaneidade, apreendendo formas inéditas de socialização, absorvendo linguagens recentemente criadas, participando em processos de interação entre agências humanas e maquínicas.

Neste contexto de realidade tecnológica a chamada 'alfabetização digital' será certamente cada vez mais indispensável para questões de articulação política, de presença social, de proposição cultural, de inovação estética, de ordenação jurídica, de criação identitária no futuro imediato.

Mas esta enculturação não será suficiente para uma intervenção eficaz. A atuação política do indivíduo e da sociedade dependerá de um elevado grau de consciência acerca dos efeitos possíveis da crescente digitalização da ordem simbólica, de uma habilidade de prever os desdobramentos dessa civilização emergente. Dependerá ainda de nossa capacidade de auto-organização neste novo ambiente, de uma proposição que possibilite a emergência de posicionamentos, representações e identidades desde o momento presente.

Nessa perspectiva, torna-se crucial estabelecer, desde já, estruturas educacionais, políticas, sociais e culturais que permitam à sociedade preparar-se para uma adaptação consciente e para que possamos, como sujeitos, atuar politicamente, projetar uma voz nesta dimensão, propor conceituações jurídicas e apresentar reivindicações consequentes.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se construir um pensamento que possa servir como fundamento para uma filosofia do direito atualizada e que responda às condições exigidas pelo mediaverso digivirtual.

Trata-se de se propor um modelo de sociedade, de cultura, de pessoa e de informação no qual direitos atuais sejam reconceituados e direitos emergentes sejam concebidos, de tal forma que os seres humanos não sejam apenas periféricos de um maquinismo cada vez mais ubíquo, onipresente mas imaterial e desaparente.

Conhecimento e Poder Político

Historicamente, o domínio do conhecimento científico e das tecnologias determinou o poderio político. Não há razão para imaginarmos que a correlação atual resulte em algo diferente. No Século XVI, os europeus detinham a tecnologia que possibilitava a delimitação de fronteiras, a execução de mapas e puderam, utilizando-se destes e de outros meios, estabelecer domínio territorial e cultural sobre os povos indígenas das Américas.

Atualmente, sensores localizados em satélites observam o solo de todo o globo terrestre em vários graus de profundidade e detalhamento, proporcionando mapeamentos precisos disponibilizando informações valiosas do ponto de vista político e estratégico para os detentores destas tecnologias. Esta possibilidade de reconhecimento de todas as regiões do planeta, de digi-supervisão, coloca as nações numa outra ordem de interrelação, com inevitáveis implicações em futuros conflitos e na própria natureza destes conflitos.

Um fenômeno similar ocorre no nível de conhecimento do próprio homem. O conhecimento científico que pode levar à manipulação genética dos seres humanos tem valor estratégico e definidor para as interações humanas. No contexto do mediaverso digital, o contendor que aquiesce em permanecer alheio às novas tecnologias e linguagens, a suas utilizações atuais e potenciais, é conduzido a uma posição de fragilidade, podendo ser eventualmente vitimizado.

Na medida em que o desenvolvimento científico e tecnológico se concentra apenas nos países do primeiro mundo, uma imensa diferença de capacidades produtivas, de potencialidades perceptivas e cognitivas, e de poder de intervenção, se institui. Os mais avançados instrumentos e procedimentos tecnológicos permanecem restritos às nações e empresas do primeiro mundo devidamente protegidos por segredos e por um sistema de propriedade intelectual.

Neste texto propomos que a tênue conexão entre estes dois mundos não seja rompida. Iniciamos assim uma travessia conceitual, propondo conceitos, reflexões e reivindicações, buscando estabelecer um patamar exploratório para uma prospectiva política própria a um mediaverso digivirtual.

Propomo-nos deste modo nos tornarmos contendores mais bem informados dos avanços da ciência e da tecnologia e também sujeitos ativos e cientes de nossos direitos atuais e emergentes como cidadãos deste planeta.

A Emergência do Cíbrido

Para ampliarmos nossa compreensão do mediaverso digivirtual introduziremos um conceito pensado no âmbito da arquitetura pelo pesquisador Peter Anders. O conceito de espaço ciber-híbrido, ou cíbrido, introduz uma nova natureza do espaço e do território, definindo-os a partir de uma contínua interação entre a virtualidade e a atualidade.

“O que nós experienciamos como espaço é na verdade o produto de processos mentais complexos. O espaço como um produto da cognição está limitado ao conteúdo de produtos dos processos mentais.

Até objetos concretos passam por transformações culturais e linguísticas quando são colocados em nosso campo de consciência. Todos os objetos que retém nossa atenção tornam-se saturados com significados, devido aos sinais de nossa cultura ou de interferências na construção de nossa imagem mental. Esta compreensão do significado transforma todos os objetos em representações de nossa consciência.

Atualmente, existem situações nas quais os dados e os objetos concretos trabalham juntos para criar novas entidades espaciais chamadas cíbridas. Um cíbrido é uma forma híbrida entre o físico e o eletrônico.

Os cíbridos formam-se deste modo na inter-relação entre entidades concretas e suas representações como dados no ciberespaço. A linha que separa dados informacionais e entidades concretas representa um continuum ao invés de uma divisão.”

Neste mediaverso emergente de inter-realidade presencial/virtual, material/imaterial, constatamos que não apenas os espaços estão sendo redefinidos, também os humanos estão se tornando cíbridos e devem assim ser compreendidos como entes nascentes em uma nova dimensão.

Identidades Cíbridas

A excrescente indústria de expressão simbólica que se propaga através das mídias jornal, cinema, televisão, vídeo ou do ambiente urbano, induz a um questionamento da política das representações.

As figurações espectrais que inundam nosso ambiente mediático sobre-atuam em nossas consciências, produzindo um efeito determinante em nossas identidades, impondo uma alovisão, uma visão vinda do exterior, do Outro, determinando e limitando nossa própria representação, nossa capacidade de auto-definição simbólica.

Nas mídias digitais e especialmente no ciberespaço, porém, passamos a uma situação potencialmente diferenciada. Não se trata mais apenas de representação. O espaço compreendido como cíbrido propõe uma outra dimensão do real, uma dimensão que intensifica a inter-relação entre a realidade palpável que conhecemos e o espaço virtual em contínuo estado de estruturação, no qual estamos gradualmente emergindo.

Ainda que não estejamos plenamente cientes, nossa atuação no mundo físico e nossa presença sígnica no ciberespaço já estão inter-atuando, redefinindo-nos como seres co-presentes, co-atuantes e co-representados.

Cada vez mais reconhecemos que uma porção significativa de nossa memória, de nossos arquivos e documentos, portanto de nossa vida intelectual, emocional, cultural, social e mesmo legal, já estão apoiados em sistemas digitais. Nossa apreensão diante da possível, provável e mesmo iminente perda de dados computacionais produz uma permanente inquietude.

Crescentemente somos convidados, ou mesmo intimados, a nos re-significar, criando codinomes e senhas que nos representam e nos identificam. Deste modo, adquirimos identidades e desempenhamos papéis sociais no ciberespaço gradualmente nos aculturando das regras, netiquetas, interações, significações, próprias da dimensão virtual.

Atualmente, em um espaço virtual chamado 'Second Life', milhões de seres humanos programam suas réplicas, chamadas de 'avatars', para se representarem e atuarem neste universo paralelo aprendendo neste processo a vivenciarem esta dimensão virtual de nossa realidade.

Num futuro próximo, muito mais de nossa identidade estará vinculada à nossa representação virtual. Teremos uma presença atualizada nesta realidade emergente. Poderemos morfar não apenas nossos nomes, mas também nossa imagem e nossa fala através de sofisticados sistemas de personificação.

Poderemos nos reconstruir através de programas crescentemente capacitados a inserir modificações sutis, em representações que aparentam serem reais, ou a criarem outras totalmente inauditas.

Neste processo, estaremos gradualmente incorporando identidades emergentes de uma natureza ainda pouco conhecida. Estaremos nos tornando seres crescentemente híbridos, construídos de carbono e de silício, de massa-energia e de informação. Seremos híbridos no físico e no ciberespaço, ou mais precisamente cíbridos, crescentemente duplicados, estendidos e interligados a dois mediaversos em constante interação através de processos que apenas começamos a vislumbrar.

Experienciando identidades virtuais em 'Second Life' Um depoimento de Jeremy Turner

"Minha experiência em 'Second Life' (SL) tem sido realmente excepcional. Logo nos primeiros meses, a partir de Fevereiro de 2006, tornei-me uma celebridade artística noticiada no principal tablóide e em outras revistas da SL. As coisas acontecem muito mais rapidamente do que em 'Real Life' (RL) e é bem mais fácil se interconectar com pessoas como nós em todo o mundo.

Poucas semanas após estar oficialmente incorporado em SL, formei um grupo de arte-performance com 8 membros chamado 'Second Front'. Através deste grupo e de meu status da celebridade, fui convidado a integrar outros grupos e redes globais de artistas, especialmente na Itália.

Em SL institui meu próprio escritório de Relações Públicas estabelecido em 'Odyssey Island' agora uma das principais ilhas para artistas contemporâneos.

No pele de um avatar somos menos inibidos (a não ser que o avatar escolha ser tímido e reservado). Deste modo é mais fácil revelarmos nossas ambições a um outro avatar sem receios de nos expor.

A personalidade do meu avatar está se expandindo agora para o universo dos produtos de consumo. Estou até mesmo desenvolvendo meu próprio carro esporte de luxo - o carro assemelha-se ao meu avatar. Eventualmente minha aparência poderá surgir em coleções de moda ou em manifestações arquiteturais.

A dimensão SL tem me proporcionado muitas experiências que posso também aplicar na RL. Deste modo, eu me vejo como um cíbrido, desde que estou sempre atuando simultaneamente através de muitas identidades reais e virtuais.

Suponho que quanto mais avatares eu tiver para expressar as diversas e complexas facetas de meu ser multidimensional, tanto mais de mim mesmo estou publicamente expressando ao mundo.

Gosto de definir nitidamente os contornos de cada uma destas personalidades. Como Wirxli Flimlam, por exemplo, posso explorar os paradigmas da arte de vanguarda e as atitudes hiper-liberais. Posso ainda dar vazão às minhas ambições de fazer carreira no mundo da arte e das celebridades. Mas Wirxli representa apenas um aspecto de minha personalidade.

Tenho também um aspecto mais contemplativo, humilde e "religioso". Deste modo precisei de um avatar adicional a fim de me expressar espiritualmente: Qyxxql Merlin meu avatar "religioso transhumano". Como Qyxxql, posso encontrar-me com povos de diferentes fés e atitudes religiosas sem sabota-los como faria o insidioso Wirxli.

Em 'Real Life' as pessoas geralmente exibem aspectos diferentes de si mesmas: o artístico, o espiritual e o profissional. Newton Dinzeo é meu avatar profissional que praticamente quase não uso. Na verdade, esta identidade foi especialmente planejada para buscar um emprego qualificado no mundo SL. Acredito que minha personalidade em RL é a combinação de Wirxli e Qyxxql.

Quem seria então o avatar "real"? Jeremy? Wirxli? Qyxxql? Newton? Onto Distro? Seriam estas identidades "reais" e "autênticas"? Na verdade, eu poderia constituir uma quantidade infinita de avatares e ainda assim não me sentir uma identidade "real" ; -)

Sinto-me mais próximo de minha autêntica identidade quando expresso estas diferentes 'personas' tão nitidamente quanto possível. Realmente não sinto que o avatar biológico (Jeremy) seja o eu "real". Penso às vezes que Wirxli ou Qyxxql sejam expressões mais próximas de quem eu realmente sou.

Tanto Qyxxql quanto Wirxli são transgêneros, não são nem macho nem fêmea. Foram pensados visando o arquétipo ideal do avatar como um xamã pós-humano.

Qyxxql é "religioso" no sentido que ele/ela está tentando encontrar uma disciplina metafísica de contemplação que poderia se tornar específica em SL. Qyxxql é um membro dos Consultores da Segunda Fé, um grupo composto de avatares da múltiplas religiões.

Qyxxql fundou recentemente em SL a Segunda Assembléia das Nações, uma instituição similar à Assembléia das Primeiras Nações da América do Norte. No entanto, Qyxxql deseja enfatizar que todos os avatares em SL são autóctones e "nativos" a seu ambiente SL. Deste modo, cada avatar pode fazer sua reivindicação de território próprio e optar por se identificar como sendo parte de uma nação."

Política na Dimensão do Cíbrido

Estamos cada vez mais conscientes de que o mediaverso digital cria potencialidades linguísticas e identitárias que permitem aos seres humanos experienciar, comunicar e representar em níveis até agora insuspeitados.

Mas para elaborarmos uma proposição política para este contexto emergente vamos recorrer a reflexões de autores contemporâneos acerca de algumas características de línguas tradicionais.

De um certo modo estamos admitindo que esta fina membrana conceituada por Anders, que separa e integra o real e o virtual tornando-os interpermeáveis, também poderia ser visualizada no campo epistêmico, na inusitada correlação entre formas de linguagem arcaicas e emergentes. O passado remoto e o futuro imediato poderiam ser integrados num continuum construído pelo homem enquanto ser-da-linguagem, criador de possibilidades de expressão e concretude.

O homem ser-da-linguagem segundo George Steiner

“Um mundo sem palavras pode ser e, onde estão presentes formas orgânicas, deve ser um mundo cheio de mensagens. A linguagem é apenas um, e provavelmente o mais recente, entre um grande número de códigos expressivos. Esses outros códigos não apenas persistem; eles também podem sobreviver à linguagem.

Um planeta pós-humano, na medida em que perdurem fenômenos zoológicos, abundará em comunicação significativa e convencionalizada, tal como a terra no Paleozóico. Depois do homem, não haverá silêncio.

Mas é crucial a singularidade da linguagem ... ela nos leva ao reconhecimento decisivo de que a *linguagem* e o *homem* são correlatos, de que um implica o outro e se necessitam.

A ‘humanidade’, do homem, a identidade humana tal como ele a pode declarar para si e para os outros, é uma função da fala. Essa é a condição que o separa, por uma imensa lacuna, de todos os outros seres animados.

Em suma, a definição menos inadequada do gênero homo a que podemos chegar, a definição que plenamente o distingue de todas as formas da vida circundantes é esta: o homem é um *zoon phonanta*, um ‘animal com linguagem’.”

Formas Linguísticas Emergentes nas Linguagens Digitais

O pensamento steineriano, ao enfatizar a centralidade da linguagem na construção e desenvolvimento humanos já nos oferece uma indicação da importância que o desenvolvimento de novas linguagens pode ter para nossa evolução futura. No entanto, Steiner torna esta questão mais premente ao interligar linguagem e tempo:

"A capacidade do homem para articular um tempo verbal futuro, sua faculdade e necessidade de 'sonhar à frente', de esperar, o tornam único. Essa capacidade é inseparável da gramática, do poder da linguagem de existir antes daquilo que ela designa. Nosso sentido do passado, não como reflexos imediatos, inatamente adquiridos, mas como seleção configurada de recordação, é mais uma vez radicalmente linguístico. Nenhum animal lembra historicamente; sua temporalidade é o eterno tempo verbal presente da ausência de fala."

As proposições de Steiner nos abrem a possibilidade de pensarmos os softwares como formas emergentes de uma gramática digivirtual. Nesta perspectiva, todo nosso instrumental tecnológico de investigar as várias camadas do passado, inscritas em nosso planeta, seria uma forma de articular o tempo histórico através de uma linguagem tecnológica.

Por outro lado, programas de simulação que proporcionam uma antevisão de estados futuros de sistemas podem ser vistos como processos de se enunciar tempos verbais futuros nesta mesma gramática.

Da mesma maneira, os estudos de Ayron Rodrigues sobre os pronomes do Tupinambá nos permitem pensar os softwares de relacionamento enquanto instrumentos de criação de identidades virtuais e, portanto, de formas pronominais de uma ordem digivirtual.

"Enquanto diversas línguas indígenas sul-americanas têm elementos pronominais de primeira pessoa do plural, equivalentes ao *nós*, *nos*, *nosso* do Português, muitas outras distinguem duas expressões pronominais da chamada primeira pessoa do plural, uma *inclusiva*, que inclui a pessoa com quem se fala ('eu e você' ou 'eu e vocês') e outra *exclusiva*, que exclui essa pessoa ('eu e ele' ou 'eu e eles').

Essa é uma distinção que ocorre em diferentes partes do mundo. Há entretanto uma distinção que até agora só foi observada numa língua do Brasil, o Tupinambá (fam. Tupí-Guaraní). Nesta há três pronomes «nós», um exclusivo e dois inclusivos.

Estes dois últimos se distinguem pela presença ou ausência de uma terceira pessoa que o falante põe em foco em seu discurso: *jané* significa 'eu e você' ou 'eu e vocês' ou 'eu, você e outros', ao passo que *asé* quer dizer 'ele e eu e você(s)' ou 'eles e eu e você(s)'."

A partir desta analogia, propomos que ferramentas de relacionamento social, como o Orkut, ao proporcionarem representações de indivíduos e de suas redes sociais, sejam conceituadas como pronomes emergentes de uma linguagem digital em construção.

Neste futuro ciberdigital, neste espaço híbrido, as comunidades virtuais terão importância fundamental na questão política, social, cultural, étnica e mesmo jurídica.

As comunidades virtuais proporcionam, na visão de Ananda Mitra, oportunidades sociais, culturais, políticas além do espaço físico tradicional, pois a atuação virtual proporciona, à presença física, um território ampliado.

“Ter uma voz em qualquer espaço permite ao falante adquirir um papel de ‘agente’ e o poder de expressar um ponto de vista.

Esta aquisição de agência é de particular importância para grupos impedidos de se representarem na esfera pública.

A internet oferece um local de fala de onde grupos tradicionalmente impedidos são capazes de articularem suas vozes e serem ouvidos.

A hipertextualidade torna este novo poder particularmente significativo desde que muitos grupos impedidos podem se conectar e se fortalecer mutuamente.

Anteriormente, esta reunião de vozes só era possível se todos ocupassem o mesmo espaço. Atualmente, a internet proporciona um espaço que é produzido pelas vozes articuladas de muitas pessoas que ocupam espaços dispersos.

Quando as pessoas entram no ciberespaço, a partir do espaço real, para falarem e ouvirem no espaço virtual elas interagem com o virtual e com o real.

Netizens ou cibercidadãos adquirem o potencial de recriarem tanto o espaço real como o espaço virtual que eles ocupam.

A possibilidade de produzir e sustentar narrativas identitárias, pontos de vista, articulações políticas, no ambiente virtual, torna possível uma melhor negociação das identidades na vida real.

O ciberespaço tornou-se um espaço privilegiado para a fala individual e coletiva de minorias marginalizadas. Em consequência de habitarem um espaço virtual, a experiência de vida real das pessoas pode também ser transformada.”

Formas Emergentes de um Possível Direito à Linguagem

A partir de uma perspectiva retórica, este raciocínio analógico entre diferentes formas de linguagem pode ser discutido, avaliado ou mesmo refutado. Pode-se dizer que tal proposição reflete apenas uma articulação entre realidades díspares que busca inocular o campo epistêmico das ciências humanas com nuances estéticas.

Temos no entanto que aceitar que as linguagens em contínuo desenvolvimento, advindas das tecnologias digitais, estão ampliando consideravelmente as capacidades perceptivas, cognitivas, expressivas, e produtivas do ser humano.

Se as consideramos como linguagens emergentes, tornam-se elementos de um argumento político cultural para contestarmos o sistema de propriedade intelectual que permite que hardwares e softwares sejam protegidos como propriedade privada. Como formas de linguagem, estas ferramentas e programas deveriam estar em domínio público, como toda forma de linguagem tem historicamente estado.

A capacidade tecnológica de perscrutar o passado, de conhecer e reconhecer nossa história ou a capacidade tecnológica de simular o futuro, de alertar-nos para situações prementes decorrentes de sistemas e comportamentos atuais, deveria se constituir num direito de indivíduos, comunidades, coletividades e sociedades.

A auto-representação digital e a presença vocal no ciberespaço deveriam, do mesmo modo, se constituir em direitos irrevogáveis de expressão, proporcionando formas contemporâneas de articulação de nossas identidades e de representação socio-cultural.

Prospectiva e Rearticulação Política

Mas para reivindicar e nos assegurar deste direito às tecno-linguagens uma nova forma do pensamento jurídico deve surgir. Hardt e Negri manifestam um possível caminho:

"Precisamos começar a imaginar uma estratégia e um arcabouço jurídicos alternativos: uma concepção da privacidade que expresse a singularidade das subjetividades sociais (não a propriedade privada) e uma concepção do público baseado no comum (não o controle do Estado) – poder-se-ia dizer uma teoria jurídica pós-liberal e pós-socialista.

As concepções jurídicas tradicionais do privado e do público são evidentemente insuficientes para esta finalidade. O comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção”.

Em consonância, estamos propondo uma nova articulação entre direitos humanos, linguagens digitais, propriedade intelectual e domínio público. Estamos reivindicando um novo pensamento no campo do direito que possibilite a todos o acesso a novas formas de pensar, representar, conceber, investigar e identizar, proporcionadas pelas linguagens digitais.

Pressentimos neste ponto uma continuidade na história da produção linguística de nossa espécie. A potencialidade humana de criar linguagens, essencial para a identificação do homem, permanece atuante na contemporaneidade.

Nossos instrumentos e programas tão avançados e surpreendentes, aparentemente resultantes do homem tecnológico premido pelo artificial, revelam-se como produtos de uma característica contínua de um ser-da-linguagem. São tão naturais como um instrumento pré-histórico, tão linguísticos como uma palavra e ao mesmo tempo tão indispensáveis como uma tecnologia.

Bibliografia

Anders, Peter. "Ciberespaço antrópico: definindo um espaço eletrônico a partir dos princípios básicos" in : Cibercultura 2.0, Leão, Lucia, org. São Paulo: U.N. Nojosa, 2003.

Anders, Peter. "Toward an architecture of mind":
<http://www.uoc.edu/artnodes/eng/art/anders0302/anders0302.html>

Hardt, Michael e Negri, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do império, Editora Record, Rio de Janeiro, 2005.

Mitra, Ananda. "Creating immigrant identities in cybernetic space: examples from a non-resident Indian website":
<http://www.nriol.com/mediakit/awards/anandmitra/>

Rodrigues, Aryon D. "A originalidade das línguas indígenas brasileiras", Sítio do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB :
http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_001.html

Steiner, George. Extraterritorial – A Literatura e a Revolução da Linguagem, co-edição: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo & Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

Turner, Jeremy. "Experienciando identidades virtuais em 'Second Life'" Depoimento ao autor enviados via e-mail de Vancouver, Columbia Britânica, recebidos em Montreal, Quebec, Canadá, 6 e 7 de Abril, 2007.